



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 064/2000 de 19 / ABRIL / 2000

ENTIDADE A SER AUDITADA

SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA

FINALIDADE

ACOMPANHAR O PROCESSO DE SINDICÂNCIA ORIGINÁRIO DO Of. Nº 030/99
E SEUS ANEXOS, PUBLICADO NO D.O.E DE 18/03/2000.

AUDITORES DE CONTAS PÚBLICAS

Nome: JOSÉ ROBERTO MELO CAVALCANTI	Matrícula: 146.825-1
Nome:	Matrícula:
Nome:	Matrícula:

Início das Atividades

24/04/2000

Conclusão Prevista

05/05/2000

Término das Atividades

Carimbo e Assinatura do Responsável pela Entidade

Data: 24 / 04 / 2000

Secretaria de Controle da Despesa Pública

José Roberto Melo Cavalcanti
Auditor de Contas Públicas
Presidente do Grupo

Autorização para Execução

João Roberto de G. Fernandes
Secretário de Controle da Despesa Pública

Membro

Membro

Nota: Na forma dos Arts. 179 e 184 da Lei 3.654, de 10/02/71, as Entidades de Administração Direta, Direta Descentralizada e Indireta do Estado, estão sujeitas ao Controle Interno pelo que, não poderão sonegar informações e documentos a Grupo de Trabalho.



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

N.º 021/2000

ÓRGÃO: SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA – S.C.J.

RESPONSÁVEL: Dr. JOSÉ ADALBERTO TARGINO ARAÚJO

CPF. N.º 160.811.704-97

**AUDITOR: JOSÉ ROBERTO MELO CAVALCANTI
MAT. N.º 146.825-1**

gmr.

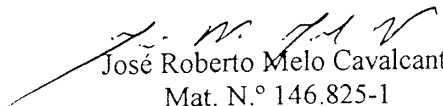


**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR**

APRESENTAÇÃO

SENHOR SECRETÁRIO

Apresentamos a Vossa Excelência o relatório do resultado da auditoria realizada nas despesas de custeio referente ao Processo N.º 2106/00 da Secretaria da Cidadania e Justiça – S.C.J., cujo trabalho foi iniciado no dia 26 de abril de 2000 e concluído em 05 de maio do corrente ano.


José Roberto Melo Cavalcanti
Mat. N.º 146.825-1



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR**

RELATÓRIO DECADIR N.º 021/2000

I - INTRODUÇÃO

Em atendimento a Ordem de Serviço N.º 064/2000-GS, de 19 de abril de 2000, do Exmo. Secretário desta pasta, Dr. João Laércio de Gagliardi Fernandes, procedemos Auditoria nas despesas de custeio do órgão referentes as denúncias contidas no processo N.º 2.106/2000, ofício N.º 030/99, da S.C.J.

Apresentamo-nos ao Secretário de Estado Dr. José Adalberto Targino Araújo que determinou aos seus auxiliares pôr toda a documentação necessária ao início do nosso trabalho.

Por deliberação do Excelentíssimo Sr Secretário da Cidadania e Justiça contidas nos termos da portaria 008/00-GS, publicada no D.O.E em 18 de março de 2000, foi constituída a Comissão de Sindicância com objetivo de esclarecer as denúncias citadas pelo servidor Rivaldo Targino da Costa – Auditor de Contas Públicas.

A análise da documentação apresentada foi efetuada através de amostragem, em aproximadamente 62,5% dos processos de despesas, tudo de acordo com os métodos de auditoria geralmente aceitos, e inclui verificações nos processos de pagamentos, coleta de preço, assim como outros procedimentos que nas circunstâncias julgamos necessários, independente da data da ocorrência.

Para a realização do trabalho, foram consultadas as seguintes Legislações e Resoluções: Constituição Federal/1998, Lei N.º 4.320/1964, Lei N.º 8.666/93 e suas alterações, Lei 3.654/71 e Resolução TCE/PB N.º 09/1993.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR

II – DO RESULTADO DA AUDITORIA

As denúncias contidas no ofício N.º 030/99 de 23 de agosto de 1999, resultou na análise de 60 (sessenta) processos de pagamentos alegados no mencionado ofício. Tais denúncias são referentes a Pessoas Jurídicas (ENCOPLAST – Comércio de Embalagens Plásticas Ltda., JM Veículos, Peças e Acessórios Ltda., Oficina Nossa Senhora Maria da Luz) e a Pessoa Física do Servidor Sinval Alves de Carvalho, Diretor Financeiro da SCJ.

a – Das Pessoas Jurídicas/Receita Apurada

A S.C.J. durante os anos de 1996 a 1999 efetuou despesas em serviços e na aquisição de materiais de veículos no montante de R\$ 575.600,51 (quinhentos e setenta e cinco mil, seiscentos reais e cinquenta e um centavos). Neste mesmo período as firmas JM Veículos e Nossa Senhora Maria da Luz, receberam da SCJ o equivalente a R\$ 40.522,55 (quarenta mil quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos) e R\$ 52.794,29 (cinquenta e dois mil setecentos e noventa e quatro reais e vinte e nove centavos) respectivamente, conforme evidenciado no quadro a seguir:

QUADRO I					
ANO	DESPESA REALIZADA SCJ	RECEITA APURADA JM VEÍCULOS	%	RECEITA APURADA NOSSA S. M. DA LUZ	%
1996	228.643,05	12.925,07	5,7	10.875,00	4,8
1997	98.645,88	1.700,00	1,7	4.010,00	4,1
1998	131.756,29	11.015,48	8,4	13.918,02	10,6
1999	116.455,80	14.882,00	12,8	23.991,27	20,6
Total	575.501,02	40.522,55	7,0	52.794,29	9,2

Do exposto no Quadro I, observa-se que:

I – A despesa realizada na manutenção das viaturas da S.C.J., em 1996, foi bastante elevada;



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR

II - Durante os exercícios financeiros, as despesas realizadas ultrapassaram o limite de dispensa, (R\$ 8.000,00), o que propiciaria obrigatoriamente o procedimento licitatório. Entretanto, não foi instaurado nenhum processo licitatório a fim de, amparar legalmente essas despesas, contrariando desta forma o que dispõe a Lei 8.666/93 e suas alterações;

III - O percentual arrecadado pelas firmas arroladas representou aproximadamente 16,2% da despesa total realizada pela SCJ durante os exercícios financeiros de 1996 a 1999.

IV - Da despesa total de R\$ 575.501,02 (quinhentos e setenta e cinco mil quinhentos e um reais e dois centavos), R\$ 359.285,26 (trezentos e cinquenta e nove mil duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e seis centavos) e R\$ 216.215,76 (duzentos e dezesseis mil duzentos e quinze reais e setenta e seis centavos) referem-se respectivamente ao custeio com serviço e aquisições de materiais para viaturas da SCJ, conforme evidenciado mês a mês no quadro II.

QUADRO II

MÊS	ANO 1996		ANO 1997		ANO 1998		ANO 1999	
	3120	3132	3120	3132	3120	3132	3120	3132
JAN	-	4.530,00	-	-	-	-	-	-
FEV	5.232,30	7.041,00	1.811,38	2.910,00	664,97	5.703,10	2.327,00	2.507,00
MAR	6.713,00	3.806,79	6.490,77	1.483,00	3.510,09	5.776,45	7.511,36	9.476,67
ABR	6.749,35	17.230,00	900,00	1.237,65	1.726,20	12.287,50	2.960,55	10.662,07
MAI	11.254,24	12.997,17	5.234,09	3.078,00	2.323,36	3.766,27	8.701,60	7.223,85
JUN	8.120,00	17.422,50	9.303,37	7.974,00	4.496,28	3.645,27	3.024,00	3.200,00
JUL	15.166,21	8.470,00	1.256,00	1.130,00	3.762,90	11.112,22	5.037,50	4.200,00
AGO	13.377,20	18.883,00	4.519,45	8.298,31	3.219,70	11.157,70	2.426,00	4.203,00
SET	12.012,26	7.377,00	993,76	4.447,60	334,00	10.280,87	321,00	-
OUT	5.737,00	12.621,00	4.794,48	3.724,00	4.231,50	4.539,61	-	4.815,00
NOV	6.104,20	11.340,00	3.968,16	6.221,22	2.017,00	20.793,20	2.280,00	12.239,20
DEZ	6.607,70	9.851,13	10.035,54	8.835,10	8.375,29	8.032,81	585,00	22.754,50
TOT	97.073,46	136.697,59	49.307,00	49.338,88	34.661,29	97.095,00	35.174,01	81.281,29

Os dados apresentados no Quadro II, foram obtidos através do SIAFI, Sistema Integrado de Adm. Financeira e deixam bem visível que, durante os quatro exercícios financeiros, o procedimento legal a ser adotado "licitação" foi desrespeitado.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR

b - Das Pessoas Jurídicas/Dispensas de Licitação

Examinando os processos relatados nas flhs. 05, 07 e 10 do ofício N.º 30/99, referente as despesas realizadas através de dispensas de licitação com as firmas Encoplast Com de Embalagens, J M Veículos Peças e Serviços e Nossa Senhora Maria da Luz, foram verificadas as seguintes falhas e/ou irregularidades.

b.1 – Pagamento a J M Veículos Peças e Serviços na aquisição de materiais e/ou serviços em veículos da SCJ, conforme demonstrado no Quadro N.º III.

QUADRO N.º III.

PROCESSO N.º	MODALIDADE	NE/DATA	VALOR R\$
8976/98	S/ LICITAÇÃO	4315-30/12/98	2.053,00
5588/98	S/ LICITAÇÃO	3585-13/11/98	2.450,00
5600/98	S/ LICITAÇÃO	4084-15/12/98	1.719,00
4786/98	S/LICITAÇÃO	2957-24/09/98	1.050,00
4500/98	S/ LICITAÇÃO	2744-09/09/98	1.520,00
4305/98	S/ LICITAÇÃO	2637-28/08/98	1.093,00
3830/98	S/ LICITAÇÃO	2349-07/08/98	1.090,00
1248/98	S/LICITAÇÃO	1001-18/03/98	700,00
1323/98	S/ LICITAÇÃO	1219-15/04/98	220,00
3511/98	S/ LICITAÇÃO	2678-20/07/98	2.730,00
140/99	S/ LICITAÇÃO	23-28/01/99	316,00
283/99	S/LICITAÇÃO	102-02/02/99	1.028,00
250/99	S/ LICITAÇÃO	341-12/02/99	527,00
371/99	S/ LICITAÇÃO	718-12/03/99	1.012,00
524/99	S/ LICITAÇÃO	777-18/03/99	1.207,00
776/99	S/LICITAÇÃO	947-26/03/99	438,00
4034/99	S/ LICITAÇÃO	1112-18/08/99	1.344,00
3778/99	S/ LICITAÇÃO	1258-19/08/99	1.226,00
1281/99	S/LICITAÇÃO	1440-26/04/99	129,00



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR

Do exposto no quadro acima verifica-se que não foram observadas as limitações estabelecidas na alínea "c" do inciso I do art. 23 da Lei 8.666 88, assim como direcionamento de compras a um só fornecedor, o que infringe ainda o princípio constitucional da isonomia.

PROCESSO N.º 8976/98

No dia 29/12/1998 o chefe do setor de transporte, Sr Serafim Pereira de Souza Filho, solicita a USA autorização para realizar consertos em 10 (dez) carros da frota da SCJ. No mesmo dia, o Coordenador da USA, Sr Álvaro Vitorino de Pontes, autoriza a coleta de preços junto a no mínimo três fornecedores . No dia seguinte, 30/12/1998, é aprovada a pesquisa de preços pelo senhor Francisco Ferreira Nobre, Assessor Técnico, indicando como vencedora a firma J M Veículos e Peças Ltda. *(as propostas não são datadas)*. Neste mesmo dia a despesa é empenhada, emitido nota fiscal e efetuado o pagamento. (ANEXOS N.º 1 a 7)

Do exposto acima constata-se que em apenas em apenas 01(um) dia, 30/12/98, o serviço em 10 (dez) carros são autorizados, a despesa é empenhada e paga.

Observamos também que a nota fiscal N.º 246 está rasurada, indispondo-se assim com a Resolução N.º 09/97 do TCE/PB. (ANEXO N.º 8)

Finalizando este processo, verificamos que os termos de apresentação das propostas são idênticos, e estranhamente o erro de ortografia cometido na palavra *óleo* é escrita erradamente nas três propostas, (ANEXOS N.º 9 a 11), assim como, notamos que foi utilizado o mesmo equipamento para redigir as propostas utilizada. Tais vestígios podem comprometer a lisura dos atos da administração pública.

PROCESSO N.º 5588/98

De acordo com o ofício N.º 946/98 de 10 de novembro de 1998, (ANEXOS Nº12 e 13), do Chefe do Setor de Transporte –



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR

Serafim Pereira de Souza Filho, os serviços e fornecimentos de peças para 8 (oito) veículos da SCJ, foram executados antes do empenho, contrariando assim o Art. 72 da Lei 3.654 de 10/02/1971, que dispõe:

Art. 72. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Observamos também que a nota fiscal de N.º 0234 de 16/11/98 está rasurada. (ANEXO N.º 14)

PROCESSO N.º 5600/98

As propostas de duas firmas que participaram da coleta de preço não são datadas, impossibilitando assim que se comprove a real época em que foi realizada. (ANEXOS N.º 15 a 17)

PROCESSO N.º 4786/98

Através do ofício N.º 799/98 de 21 de setembro de 1998 do Chefe do Setor de Transporte, verifica-se que foi realizada despesa sem prévio empenho. (ANEXOS N.º 18 e 19)

Novamente as propostas das firmas que participam da coleta de preço não são datadas. (ANEXOS N.º 20 e 21)

PROCESSO N.º 4500/98

O ofício N.º 742/98 de 04 de setembro de 1998 do Chefe do Setor de Transporte indica a realização de despesa sem prévio empenho.

PROCESSOS N.ºs 1248, 1323, 3511/98 e 250, 776, 1281, 3778 e 4034/99

Participaram das coletas de preços desses processos quase sempre as mesmas firmas: J M Veículos Peças e Serviços, Parauto Peças e



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR

Serviços e PESAUTO-Peças e Serviços, e coincidentemente com propostas similares, não datadas e com menor preço a J.M.. (ANEXOS N.º 22 A, B, e C a 26 A, B, C)

PROCESSOS N.º 140 e 250/99

Participaram desses processos as firmas J.M. Veículos, LAVAUTO e PARAUTO, apresentando propostas com termos idênticos. Estranhamente o erro de ortografia cometido na palavra *veículo* é escrita erradamente nas seis propostas, (ANEXOS N.º 22 A,B,C e 27 A,B,C), assim como, notamos que foi utilizado o mesmo equipamento para redigir as propostas utilizada.

b.2 – Pagamento a Oficina Nossa Senhora Maria da Luz na aquisição de materiais e serviços em veículos da SCJ, conforme demonstrado no Quadro N.º IV.

QUADRO N.º IV.

PROCESSO N.º	MODALIDADE	NE/DATA	VALOR RS
0779/98	S/LICITAÇÃO	0577/98	280,00
0670/98	S/ LICITAÇÃO	0650/98	419,00
1297/98	S/ LICITAÇÃO	1037/98	883,00
1500/98	S/LICITAÇÃO	1038/98	480,00
1628/98	S/ LICITAÇÃO	1202/98	210,00
1903/98	S/ LICITAÇÃO	1357/98	395,00
1849/98	S/ LICITAÇÃO	1443/98	1.393,27
1865/98	S/LICITAÇÃO	1704/98	1.400,00
4078/98	S/ LICITAÇÃO	4304/98	1.519,76
4385/98	S/ LICITAÇÃO	2775/98	1.495,00
4785/98	S/ LICITAÇÃO	3025/98	1.020,00
5003/98	S/LICITAÇÃO	3264/98	1.506,00
5199/98	S/ LICITAÇÃO	3394/98	1.646,99
8178/98	S/ LICITAÇÃO	4245/98	895,00



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR

PROCESSOS N°s 1297, 1500, 1903, 4785 e 8178/98

Através dos ofícios N°s 266, 289, 356, 798 e 978/98 do Chefe do Setor de Transporte, Sr Serafim Pereira de Souza Filho, verifica-se que foram realizadas despesa sem prévio empenho em 24 (vinte e quatro) veículos. (ANEXOS N.º 28 a 32)

PROCESSOS N°s 1500 e 8178/98

As propostas das firmas que participaram da coleta de preço não são datadas, impossibilitando assim que se comprove a real época em que foi realizada. (ANEXOS N.º 33 a 43)

OBS. Em todos os processos citados até o presente e que teve como vencedora a firma J M Veículos Peças e Serviço a firma Oficina Nossa Senhora Maria da Luz não participou se quer da coleta de preço, sendo a reciproca verdadeira, ou seja, quando vencedora a segunda a primeira não foi chamada para fornecer preços.

b.3 – Pagamento a ENCOPLAST Com. de Embalagens na aquisição de material de consumo, conforme demonstrado no Quadro N.º V.

QUADRO N.º V

PROCESSO N.º	MODALIDADE	NE/DATA	VALOR RS
1172/96	S/LICITAÇÃO	1190/96	1.224,00
1563/96	S/ LICITAÇÃO	1867/96	489,50
2453/96	S/ LICITAÇÃO	3319/96	226,25
0583/97	S/LICITAÇÃO	0396/97	596,87
7155/97	S/ LICITAÇÃO	3033/97	1.131,30
7170/97	S/ LICITAÇÃO	3071/97	700,00
7191/97	S/ LICITAÇÃO	3224/97	540,00
7794/97	S/LICITAÇÃO	3619/97	500,00
7816/97	S/ LICITAÇÃO	3552/97	709,00
0569/98	S/ LICITAÇÃO	0444/98	212,50
0724/98	S/ LICITAÇÃO	0724/98	54,55
0990/98	S/LICITAÇÃO	0888/98	500,50
1359/98	S/ LICITAÇÃO	1032/98	633,40
3377/98	S/ LICITAÇÃO	2129/98	836,00
4920/98	S/LICITAÇÃO	3066/98	825,00



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR

Com base na análise dos processos de pagamentos, evidenciados no Quadro V, relativo a aquisição de material de consumo passamos a discorrer.

PROCESSOS N.ºs 1172, 1563 e 2453/96

Não existem nestes processos as solicitações dos setores requisitantes e os atestados de recebimento dos materiais. Este procedimento contraria a letra b do § único do art. 3º da Resolução TC 09/97.

PROCESSO N.º 0583/97

O pagamento a Encoplast foi realizado um dia antes, (13/03/97), da autorização legal emitida pelo oficial competente Dr. José Job Sobrinho – Sec. Adjunto da SCJ. (ANEXOS N.º 44 e 45)

PROCESSO N.º 7155/97

Verificamos que os termos de apresentação das três propostas são idênticos, (ANEXOS N.º 46 A,B e C), assim como, notamos que foi utilizado o mesmo equipamento para redigir as propostas utilizada que por sinal não são datadas. Tais vestígios comprometem a lisura dos atos da administração pública.

PROCESSO N.ºs 7794/97, 1359, 3377/98

As propostas das firmas que participaram da coleta de preço não são datadas, impossibilitando assim que se comprove a real época em que foi realizada.



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR**

PROCESSO N.º 0990/98

As propostas de preços apresentadas serviram apenas para compor o processo, são grotesca e sem datas (ANEXOS N.º 47 A,B e C)

PROCESSO N.º 0724/98

De acordo com o Contrato de Constituição de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, de 16/11/90 o objetivo social da Sociedade Encoplast Com de Embalagens, é a exploração no ramo de comércio varejista de embalagem de sacos plásticos e copos em geral. Curiosamente no dia 26/12/98 foi emitido pela empresa nota fiscal n.º 3215 na venda de: latas de leite ninho, arrozina, cremogema e açúcar, fugindo totalmente ao seu objetivo.(ANEXO N.º 48)

OBS. O Capital Social da Encoplast Com de Embalagens foi registrado na Junta Comercial em 16 de novembro de 1990 por CR\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), posteriormente com a alteração da moeda brasileira e do contrato social, em 15 de fevereiro de 1995, passou a valer R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

c – Da Pessoa Física

Examinando os processos relatados nas flhs. 05, 07 e 10 e as denúncias contidas nas flhs 04, 05 e 06 do ofício N.º 30/99, referente as atividades irregulares do Coordenador da Unidade Setorial de Finanças, Sr. Sinval Alves de Carvalho, temos a relatar:

c.1 -Em quase todos os processos analisados nesse trabalho, verificamos que os procedimentos realizados nas aquisições de materiais



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR

e/ou serviço pela SCJ são: Inicialmente partem as solicitações dos serviços e/ou compras pelos setores requisitantes à USA, que por sua vez autoriza a realização da coleta de preços à Assessoria Técnica. Uma vez aprovada a pesquisa de preço pelo Assessor Técnico da USA este solicita a USF a dotação orçamentaria. O processo é instruído e então encaminhado pelo Coordenador da USF para a Comissão de Fiscalização para conhecimento e emissão de parecer, e em seguida para o Secretário Adjunto para as devidas providências. Este, de posse dos dados autoriza em princípio o empenhamento da despesa e posteriormente, após o atesto do recebimento dos serviços ou produtos pelo responsável, que seja efetuado o pagamento pela USF;

c.2 – Constatamos através das flhs 16 e 26 e de declaração explícita do Sr. Sinval Alves de Carvalho que as pessoas citadas no ofício N.º 30/99 são realmente os seus parentes, ou seja, Idelfonso Alves de Carvalho é irmão de Maria Aparecida Alves proprietários respectivamente da ENCOPLAST e da J M Veículos, Peças, Serviço e Acessórios Ltda. que por sua vez são primos da Sra. sua mãe, e o Sr João Alves de Carvalho sócio majoritário da J M Veículos é primo do Sr. seu pai.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR

III - RECOMENDAÇÕES

Diante do exame realizado nas despesas de custeio do órgão, objetivando verificar a exatidão da aplicação dos recursos, e tendo que, fortíssimos indícios de irregularidades foram verificadas, recomendamos:

a – Que seja realizado o processo licitatório naquelas despesas que somadas durante o exercício financeiro ultrapassam o limite de dispensa; ✓

b – Que principalmente o setor de transporte realize um planejamento que vise identificar as necessidades de aquisições e/ou serviço do órgão, extinguindo a prática de fracionamento; ✓

c – Que seja realizado um levantamento dos principais serviços e/ou aquisição de peças e se proceda o processo licitatório e, por fim, contratar a(s) firma(s) vencedora(s), para fornecer os devidos serviços e/ou peças por um tempo determinado; ✓

d – Que a pesquisa de mercado realizada proceda-se com base em documentos formais, que comprovem a fonte de pesquisa e fidedignidade dos preços; ✓

e – Que não seja realizada despesa sem empenho prévio; ✓

f – Que o Exmo. Senhor Secretário da S.C.J dentro da forma séria como sempre conduziu e conduz os atos da sua Gestão aplique na forma da Lei as sanções que o caso requer, tendo em vista que o responsável pela pesquisa de preços e os diversos setores responsáveis por tais verificações e controle, não cumpriram as suas obrigações e portanto foram coniventes, merecendo assim toda responsabilidade administrativa; ✓

g – Que o presente relatório seja incorporado ao ofício N.º 030/99. ✓

JW

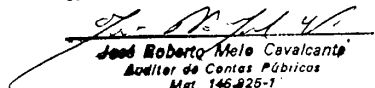


**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA ADM. DIRETA-DECADIR**

IV – COSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho concluído demonstra de uma maneira geral um certo grau de falhas e/ou irregularidades, no tocante a realização das despesas, necessário se faz que todas as detecções levantadas neste relatório e que de alguma forma se indispõe com os regulamentos, sejam passados a limpo para que os procedimentos se aproximem da correta plenitude.

Secretaria de Controle da Despesa Pública


José Roberto Melo Cavalcante
Auditor de Contas Públicas
Mat. 146.825-1

É o Relatório

João Pessoa, 5 de maio de 2000